

Juan Francisco DOMÍNGUEZ, *Arias Montano y sus maestros*. Madrid, Ediciones Clásicas, 2013, 214 pp. [ISBN: 978-84-7882-781-1].

CARLOS DE MIGUEL MORA (*Centro de Línguas, Literaturas e Culturas da Universidade de Aveiro*)¹

O humanista Benito Arias Montano é um desses autores que motivam um tal número de estudos que exige que, de tempos a tempos, apareçam repertórios bibliográficos, indispensáveis guias para o investigador, como por exemplo os trabalhos de Rafael Lazcano (*Benito Arias Montano: Ensayo bibliográfico*, Madrid, 2001) ou Rafael Caso Amador [“Bibliografía sobre el humanista Benito Arias Montano (1832-2005)”: *Etiópicas* 1 (2004-2005) 1-30]. E, apesar disso, estes trabalhos de recolha de bibliografia ficam rapidamente desatualizados perante a celeridade com que vão aparecendo novos e interessantes títulos sobre o humanista de Fregenal de la Sierra (Badajoz). Acaba de vir agora a lume um novo título sobre este erudito da Extremadura espanhola que merece toda a nossa atenção e que será, a partir de agora, de incontornável consulta para quem quiser aprofundar o estudo de Arias Montano.

Com efeito, se no exame da obra de qualquer autor deve ser ponto essencial a pesquisa sobre a sua formação, com especial destaque para os seus mestres, este aspeto reveste-se de uma especial relevância no caso do humanista frexnense, porquanto, como nos lembra Juan Francisco Domínguez no preâmbulo do seu livro, Arias Montano se definia a si próprio mais como discípulo do que como mestre: “Parece que Benito Arias Montano manifestó toda su vida un rechazo a ser llamado maestro o doctor. Prefería presentarse siempre como discípulo o como condiscípulo, o, si se prefiere, como aprendiz.”. É partindo deste ponto que o autor nos apresenta, neste seu estudo, os mestres de Arias Montano, não no sentido académico de ‘professores’, mas nesse outro mais abrangente (e, por vezes, mais restrito) daqueles que, mediante o seu magistério, de um modo ou de outro moldaram o espírito e a mente deste humanista e incutiram nele o gosto por

¹ cmm@ua.pt.

tantas matérias, característica que fez dele um autor tão prolífico e polifacetado.

Os objetivos do presente estudo são apresentados pelo autor no final do preâmbulo. Como é natural, tentar fazer uma investigação exaustiva sobre cada uma das figuras que podem ser catalogadas como mestres de Arias Montano seria uma tarefa impossível de realizar, pelo menos no âmbito de uma só monografia. Não é esse, portanto, o intuito da obra de Juan Francisco Domínguez. A sua pesquisa centra-se, apenas (e não é pequeno labor) em tentar descobrir as relações entre esses mestres e o humanista frexnense, para tentar ajuizar em que medida é que contribuíram quer para formar o seu caráter, quer para orientar os seus gostos por determinadas matérias do saber, quer para aumentar o caudal dos seus conhecimentos.

Para a consecução deste objetivo, o autor estrutura o seu estudo em quatro grandes capítulos, que incluem os mestres não universitários, os da Universidade de Sevilha, os da Universidade de Alcalá e outros mestres. Como é natural, é o terceiro destes capítulos que acabo de mencionar, o dedicado aos mestres de Alcalá, aquele que ocupa a maior parte deste trabalho. Em cada capítulo, José Francisco Domínguez elenca de uma forma exaustiva não só os mestres conhecidos do humanista de Fregenal, mas também todos aqueles candidatos a ter exercido algum tipo de magistério sobre ele. Realiza, para isso, um pormenorizado rastreio de pistas, quer nas obras de Arias Montano, quer nas dos possíveis mestres, quer em todo o tipo de documentação disponível. Apesar de não pretender estudar cada um destes autores, a abundância de pistas documentais e bibliográficas fornecidas por Juan Francisco Domínguez há de permitir que outros investigadores interessados realizem esses estudos monográficos que o autor confessa não entrarem no âmbito dos seus objetivos. Os breves mas bem documentados apontamentos biográficos de diversas personagens (como por exemplo o de Pedro Serrano, a partir da página 42) são uma boa amostra daquilo que estamos a dizer.

Na leitura do livro, é de louvar a clareza na exposição. O autor costuma seguir uma sequência semelhante na abordagem de cada mestre, o que facilita a tarefa do leitor. Às breves indicações biográficas, sempre

acompanhadas de bibliografia atualizada, seguem-se, regra geral, os testemunhos que justificam a relação entre ambas personagens, mestre e discípulo, para acabar com a explicação da influência exercida sobre o humanista frexnense. Esta disposição estrutural, ligeiramente modificada quando o autor sente a necessidade de algum excursão explicativo sobre determinadas matérias, pode provocar alguma estranheza no leitor em certas passagens, mas contribui sempre para manter uma estrutura coerente e facilita uma melhor compreensão. Essa estranheza pode derivar do facto de que, em determinados momentos, o autor decide não aprofundar a influência doutrinal de um dos mestres sobre Arias Montano, precisamente porque tal influência foi recentemente estudada por outro investigador, o que tornaria pouco útil a sua análise. Isto acontece, por exemplo, na página 25, onde se lê: “*Influencia doctrinal*. De la eventual influencia doctrinal o espiritual de Quirós en Arias Montano há escrito hace algunos años J. Pascual Barea”, rementendo em nota de rodapé para a pertinente indicação bibliográfica. Também pode derivar de encontrarmos o mesmo autor em capítulos diferentes, dependendo da natureza do seu magistério. Isto acontece, por exemplo, com Pedro Serrano, tratado a partir da página 42 como professor na Faculdade de Artes de Alcalá e posteriormente, a partir da página 61, como professor na Faculdade de Teologia dessa mesma Universidade. No entanto, temos de dizer que nos parece bastante sensata esta opção do autor, empenhado num discurso claro e bem organizado. Menos compreensíveis e um bocado mais enfadonhas são outras repetições, especialmente gritantes no caso de mestres cuja influência em Arias Montano é indemonstrável. Acontece isto, por exemplo, quando o autor fala sobre diferentes professores de cátedras na Faculdade de Teologia de Alcalá que podem ter sido mestres do nosso humanista. Deste modo, podemos ler em páginas sucessivas informações deste teor: “Pero no conocemos testimonios de que existiese una relación de magisterio con Arias Montano” (pág. 83); “Tampoco en este caso tenemos constancia de que existiese una relación de magisterio con respecto a Arias Montano” (pág. 85); “No tenemos constancia de la existencia de una relación de magisterio de Ortega respecto de Montano” (pág. 86); “No tenemos constancia de la existencia de una relación de magisterio de Majuelo respecto de Montano” (pág. 88);

“No tenemos constancia de que Arias haya sido alumno suyo (de Biblia o de Hebreo), ni tampoco de que haya tenido relación de amistad con él” (pág. 90).

No aspeto gráfico, o livro está bem cuidado e revisto, mas, apesar disso, sempre aparecem algumas gralhas aqui e ali, como a numeração dos versos nas páginas 13 e 14, onde aparecem seis versos entre o número 625 e o 630, ou a expressão “una vez se que hayan realizado” da página 181.

Entre as mais-valias do estudo é preciso contar com a rigorosa e bem selecionada bibliografia, os apêndices (especialmente o que inclui alguns mestres e as suas obras) e o índice onomástico, ferramenta essencial para consultar este tipo de obras.

Podemos concluir afirmando que Juan Francisco Domínguez, bom conhecedor da obra de Arias Montano — já que, além de escrever um bom número de estudos sobre este humanista, é editor da sua correspondência —, nos oferece aqui um estudo sério, aprofundado e rigoroso que será de grande ajuda para todos os estudiosos que tencionem compreender o caráter e a formação do humanista de Fregenal.

Cristina Pimentel e Paula Morão (Coord.), *A Literatura Clássica ou os Clássicos na Literatura: uma (re)visão da literatura portuguesa das origens à contemporaneidade*. Lisboa, Campo da Comunicação, 2012, 392 pp., ISBN: 978-989-8465-17-7

JOANA CATARINA MESTRE DA COSTA (*Centro de Línguas, Literaturas e Culturas da Universidade de Aveiro*)²

Este notável volume reúne, sob a coordenação científica de Cristina Pimentel e Paula Morão, as comunicações que haviam dado forma ao colóquio homónimo, realizado, em dezembro de 2011, na Faculdade de Letras de Lisboa. Aos estudos dos académicos, significativos, quanto ao número, mas sobretudo no atinente à relevância dos temas, somam-se, na publicação, como sucedera, aliás, por ocasião do encontro científico, contribuições heteróclitas e tão enriquecedoras como só as dos testemunhos autorais.

² joanacmcosta@gmail.com.

Conquanto os vultos científicos e literários e as respetivas (re)visões, que elenca o índice, constituam incitamento bastante para a perscrutação desta obra, dirigem Cristina Pimentel e Paula Morão ao leitor umas inspiradoras “Palavras prévias”, que, de permeio a fundamentais dilucidações e a merecidas gratulações, rememoram a tão olvidada influência dos clássicos, enquanto fundadores e fundeadores literários.

São vinte e sete os estudos de que se compõe o volume, resultantes todos de um labor analítico que se propôs visitar a literatura portuguesa, dos primórdios à hodiernidade, à luz da ascendência do *corpus* greco-latino, e que cumpre, portanto, o que, logo na capa, indicara o título e indiciara a ilustração de que aquele se faz acompanhar. Sendo cronológica a ordem que sobreintende à organização da publicação, a sucessão dos artigos permite um vislumbre sobre a o percurso da história da literatura portuguesa e, *pari passu*, sobre os intertextos gregos e latinos de produções medievais, renascentistas, neoclássicas, românticas, realistas, modernistas e contemporâneas. Numerosas são, evidentemente, as figuras do panorama literário português que abrilhantam a galeria dos legatários dos clássicos que esta obra constitui — dos nomes incontornáveis de Camões, Bocage, Ricardo Reis ou Sophia aos de autores ainda insuficientemente fitados, máxime, por se projetarem na novíssima centúria, como José Miguel Silva, Gonçalo M. Tavares ou José Mário Silva.

A ousadia de alargar o escopo da abordagem dos especialistas à literatura do século XXI representa um valiosíssimo contributo para a validação da perenidade da inspiração greco-latina, e apenas uma outra, que intentaria também esta publicação, a ombrear (ou ultrapassaria, mesmo), em arrojo e interesse: o dar a palavra aos que criam sob o signo dos clássicos.

Hélia Correia, Mário de Carvalho, Vasco Graça Moura e Manuel Alegre foram os autores convidados a dar o seu testemunho. Assumindo a forma de ensaios ou poemas, em qualquer dos casos, vibrantes e apaixonadas confissões de um umbilical vínculo a essa Grécia e a essa Roma matriciais são estas contribuições que encerram a obra.

Poderia enriquecer esta tão completa proposta a inclusão de índices complementares, mormente, de autores convocados e obras citadas, bem

como de resumos e palavras-chave, em português, mas também em inglês, na medida em que o uso exclusivo do vernáculo (substituído uma única vez, no estudo de Paolo Fedeli, pelo italiano) acaba por ser uma limitação no acesso universal aos textos.

Perlustrado o volume, é forçoso consentir com as coordenadoras da publicação, ao asseverarem que “a revisão da literatura portuguesa contemporânea à luz dos clássicos se afirma como um campo fértil de investigação, que deve ser prosseguido em futuros eventos”, e, naturalmente, envidar esforços para dar cumprimento a este desígnio.

Lieve Van Hoof, *Plutarch's practical ethics: the social dynamics of philosophy*, Oxford/ New York, Oxford University Press, 2010, 238 pp., ISBN 978-0-19-958326-3

EDUARDO MACHADO (*Centro de Estudos Clássicos, Universidade de Lisboa — Portugal*)³

Neste precioso estudo, Van Hoof desenvolve o conceito de «dinâmica social da filosofia», concentrando-se sobre a função que alguns textos do *corpus* plutarquiano desempenhavam na autoformação da elite política e intelectual da época imperial. A obra está dividida em duas partes distintas. Na primeira parte, a autora identifica de um modo geral a seleção dos temas abordados, assim como o público a que Plutarco se dirige (cap. I). Desvela, em seguida, as estruturas discursivas e as técnicas retóricas utilizadas (*krisis, askesis, epilogismos, ethismos*) (cap. II) e reflete finalmente sobre o tipo de imagem que o filósofo de Queroneia voluntariamente transmite nos seus textos (cap. III). A segunda parte consiste numa análise profunda e detalhada de cinco textos fundamentais deste carácter mais prático e psicoterapêutico da filosofia plutarquiana sob a perspectiva explicada na primeira parte (*Sobre a tranquilidade da alma, Sobre o exílio, Sobre a loquacidade, Sobre a curiosidade, e Preceitos sobre a defesa da saúde*).

A introdução constitui uma boa base para a compreensão da evolução do estado da arte sobre os *Moralia*, na qual se verifica um claro abandono da tradição da *Quellenforschung* e a defesa da figura de Plutarco como um filó-

³ macheduardo@gmail.com.

sofo bastante original. A especificidade da análise proposta reside precisamente no ângulo de abordagem, na atenção consagrada ao elo estrito entre a filosofia prática de Plutarco e a vida quotidiana das elites.

Deste modo, Van Hoof insere o seu trabalho na mais recente fase dos estudos plutarquianos, marcada por uma clara abertura interdisciplinar e, em particular, por um interesse especial pelo contexto sociohistórico dos textos psicoterapêuticos, recorrendo a conceitos sociológicos e linguísticos na sua análise. Note-se por exemplo a utilização das noções de «capital simbólico» (Bourdieu), de «atos de fala» (Austin) ou ainda da teoria da receção em geral, campos e noções que servem de quadro teórico para a análise do processo de produção, nomeadamente no que diz respeito às estratégias retóricas e aos contextos discursivos dos textos em questão, e à criação de uma relação estreita entre Plutarco e os seus leitores.

É nesta perspectiva que a autora estuda estes textos por vezes negligenciados que Konrat Ziegler no seu famoso artigo da *Realencyclopädie der classischen Altertumswissenschaft* (1951) define como "popularphilosophie". Afim de refutar a associação da filosofia mais prática de Plutarco a uma certa literatura moral destinada especialmente às massas e baseada exclusivamente no senso comum, visão que tanto marcou negativamente a imagem de Plutarco, comumente considerado um autor de segunda categoria, Van Hoof examina com atenção estas obras do ponto de vista da sua finalidade, do público e da função exercida pelo autor. Desta reflexão surge uma imagem diferente de Plutarco que resulta de algumas precisões importantes.

A autora ressalta o carácter psicoterapêutico da filosofia plutarquiana e o papel do filósofo como entidade conselheira e eclética, prodigalizando conselhos pertinentes com vista à transformação do indivíduo pela reflexão em torno de problemáticas práticas e não apenas pela instrução doutrinal direta e sistemática. O carácter eclético do filósofo é considerado como um aspeto essencial e não como um obstáculo a essa transformação. A autora defende que o objetivo principal de Plutarco nestes textos não passa pela transmissão de conhecimentos teóricos sobre os tipos de vida (*Bioi*) suscetíveis de escolha pelo leitor, tradição construída a partir do pensamento de Platão e de Aristóteles, mas por conselhos práticos a filósofos-amadores, a

pessoas ilustres com alguns conhecimentos básicos em teoria filosófica que não anseiam alcançar a sabedoria, (*sophia, bios philosophos*), mas apenas procuram viver melhor em sociedade, tentando adquirir uma atitude filosófica (*diathesis, phronesis*). Note-se que, segundo Van Hoof, a filosofia prática de Plutarco não se insere na célebre percepção da filosofia como «modo de vida» (Pierre Hadot), dado que esta conceção não estabelece uma distinção entre o filósofo profissional e o filósofo amador. A filosofia constitui apenas uma ferramenta, uma ponte entre o indivíduo e a sociedade. Esta distinção é importante para compreensão do trabalho de interpretação da autora.

São também analisadas várias estratégias utilizadas por Plutarco como o apelo à sensibilidade do leitor, a utilização de personagens identificadas com modelos ou a associação de certos comportamentos com determinados grupos sociais, assim como a variedade de exercícios propostos ao leitor, técnicas bem construídas, cujo grau de complexidade evidencia um moralismo bastante sofisticado.

Além de estudar estas técnicas como meio de promoção da terapia pessoal dos leitores, a autora destaca também o modo como Plutarco promove a sua própria imagem, afirmando a sua autoridade junto das elites e reservando para si próprio uma posição singular como filósofo. De facto, embora Plutarco seja um acerbo opositor dos sofistas e geralmente considerado como um verdadeiro *philanthropos*, com este estudo essa imagem é de certo modo ofuscada pelas supostas ambições sociais do filósofo. Esta leitura levanta a questão da possível associação da figura de Plutarco à *Segunda Sofística*, problemática que a autora deixa em aberto no final da obra.

Em suma, os argumentos em torno da leitura de Plutarco na perspectiva da finalidade (psicoterapêutica), assim como do público (elite e não as massas), e a análise prática dos textos plutarquianos dissipam a visão redutora da tradição incarnada pela classificação de Ziegler, abrindo novas perspectivas de estudo.

A extensa bibliografia especializada e atualizada, e as numerosas notas e comentários muito úteis que acompanham o estudo constituem uma verdadeira ferramenta para os investigadores que trabalham sobre os aspetos práticos da filosofia moral de Plutarco.

O valor científico deste estudo é inequívoco. O resultado é uma reflexão coerente, profunda e muito bem documentada sobre a função social do filósofo e sobre a teoria de produção-receção de textos especificamente destinados à elite política e intelectual. Os textos estudados aparecem assim sob uma nova luz. Van Hoof põe em relevo de forma exemplar a singularidade de Plutarco como guia e conselheiro das elites. Trata-se, de facto, de um contributo notável para os estudos plutarquianos, e de um exemplo valioso de como investigadores no domínio das clássicas exploram novos campos de investigação, explorando novas metodologias, integrando-se nas problemáticas atuais das ciências humanas.

ISEU. *Discursos. VI. A herança de Filoctémon*. Tradução do grego, introdução e notas: J. A. Segurado e Campos. Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos 1^a/2013, pp. 162, ISBN: 978-989-721-049-5.

PRISCILLA GONTIJO LEITE (*Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra — Portugal*)⁴

A recente tradução do discurso de Iseu, *A herança de Filoctémon*, realizada por José António Segurado e Campos é um importante contributo para os estudos em língua portuguesa sobre a retórica grega e o direito praticado na Atenas Clássica. Segurado e Campos é professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e também já se dedicou a tradução de outro orador grego. Em 2010, o discurso *Contra Leócrates* de Licurgo foi publicado pelo Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos e está disponível juntamente com a tradução atual de Iseu em versão *online* no site do *ClassicaDigitalia*⁵.

Em ambos os livros, Segurado e Campos adota a mesma metodologia. A primeira parte, denominada *Introdução*, é longa e apresenta um estudo detalhado de vários pontos da obra. Ela é subdividida em tópicos, a começar pela vida e pela obra do orador traduzido. Depois analisa o contexto histórico em que cada discurso está inserido. O texto de introdução possui numerosas notas que remetem a estudos consagrados na área,

⁴ priscillagontijo@gmail.com.

⁵ <https://bdigital.sib.uc.pt/jspui/>.

constituindo um excelente ponto de partida para quem deseja aprofundar na temática. A introdução é essencial para preparar o leitor para os assuntos abordados no discurso, desnudando fatos que poderiam passar despercebidos e esclarecendo a estratégia adotada pela acusação e pela defesa. Assim, a introdução possibilita um melhor entendimento do discurso e ao mesmo tempo funciona de referência para o estudo da esfera política e jurídica da Atenas Clássica.

Após a introdução é apresentada a tradução, que também possui várias notas relacionadas não somente a aspectos gramaticais, mas também históricos que, na grande maioria das vezes, já foram trabalhados na Introdução. Por isso, num primeiro momento pode-se ter a sensação de repetição ao se ler em sequência a Introdução e a tradução com as notas. Contudo, as notas são importantes para guiar o leitor no entendimento da tradução, além de facilitar as consultas posteriores e, por isso, não devem ser dispensadas. Por fim, há um material complementar após a tradução. Em *Contra Leócrates* é apresentado textos sobre Licurgo e o discurso, como o trecho da *Vida dos 10 Oradores* atribuído a Pseudo-Plutarco. Já em *A herança de Filoctémon* consta um glossário com os termos gregos mais recorrentes e o esquema da árvore genealógica da família de Filoctémon. O glossário é um recurso extremamente didático, pois apresenta vários conceitos ligados a processos jurídicos de uma forma simples e concisa, além de outros conceitos gregos importantes. Após o glossário, são apresentados três esquemas das relações familiares de Eutémon: o primeiro da família legítima de Eutémon; o segundo e o terceiro são a família ilegítima (a segunda família de Eutémon, com qual ele conviveu já com idade avançada) de acordo com a versão da acusação e da defesa. Esses esquemas facilitam a compreensão do leitor a respeito dos arranjos familiares e a relação entre os envolvidos. Por ser um recurso importante na compreensão dos argumentos, esses esquemas poderiam ser incluídos na Introdução⁶, no momento em que as causas para mover a ação são explicadas. Outra perspectiva é a inclusão de uma nota informando o leitor desse material.

⁶ Essa foi a estratégia utilizada pela tradução de María Dolorers Jiménes López publicada pela Gredos (2002) que apresenta a árvore genealógica já na segunda página, após a exposição do arranjo familiar de Euctemón.

A *herança de Filoctémon* aborda a disputa a respeito dos bens de Filoctémon, filho de Euctémon. Filoctémon antes de partir para uma missão militar redigiu um testamento que adotava o seu sobrinho Queréstrato, filho de uma das suas irmãs e de Fanóstrato, caso morresse sem que sua mulher tivesse dado a luz a um menino. Filoctémon morre na campanha e seus bens passam para a administração de seu pai, que morreu 20 anos depois com a idade de 96 anos. Na ocasião de sua morte, baseado no testamento, Queréstrato reclama a posse dos bens ao arconte. Ândrocles, um suposto parente de Euctémon, realiza uma contestação baseado na alegação de que o idoso tinha um filho legítimo, proveniente de um segundo casamento, que o tornava o único herdeiro. Assim, inicia-se a batalha judicial para a posse dos bens.

Segurado e Campos a partir dos dados apresentados no discurso reconstitui a condição financeira e social dos dois grupos envolvidos (p. 58-61). A família Euctémon possuía uma boa condição financeira, pertencendo à classe dos 300 cidadãos mais ricos de Atenas, da qual recaía a obrigação de arcar com as mais pesadas liturgias. O grupo representado por Filoctémon, Euctémon, Fanostrato e Queréstrato é apresentado como bons cidadãos, sempre disposto a cumprir seus deveres em prol da cidade:

“Sucedee que a fortuna dos meus amigos, Cidadãos, é mais gasta em despesas públicas do que em particulares. Fanóstrato já foi trierarco por sete vezes, desempenhou todas as liturgias que lhe competiram, triunfou na maior parte delas. Quanto a Queréstrato, apesar de ainda novo, já foi trierarco, corego nos concursos trágicos, e gimnasiarco na procissão dos archotes; ambos pagaram as suas contribuições de guerra quando foram incluídos na lista dos trezentos Atenienses mais ricos.”

Em oposição, o grupo de Ândrocles, há os cidadãos de conduta moral questionável, que sem recursos financeiros utilizaram artimanhas para conseguir aproveitar dos bens do senil Euctémon. Depois de sua morte, ocultaram seu cadáver para recolher os bens da casa e não realizaram as cerimônias fúnebres. Essas foram feitas dias depois, por sua esposa legítima e filhas.⁸ Esse fato juntamente com a ausência dos rituais apropriados no tú-

⁷ Iseu, *A herança de Filoctemón*, 60. Cf. Iseu, *A herança de Filoctemón*, 1, 5 e 7.

⁸ Iseu, *A herança de Filoctemón*, 40-42.

mulo do morto são importantes na estratégia do orador para demonstrar a ausência de vínculo familiar entre o morto e o grupo de Ândrocles (p. 70-71). Tais aspectos também são utilizados por Iseu em outros discursos, se tornando um *topos* retórico eficaz quando se envolvia questões relacionadas à adoção e a disputa sucessória.⁹

A Introdução é subdividida em cinco partes. Na primeira é realizada uma exposição geral sobre os oradores áticos e a apresentação da vida e obra de Iseu. As informações sobre a vida de Iseu são escassas e o fato mais ressaltado é seu envolvimento com Demóstenes. A relação entre os dois foi de resto um dos fatores que interferiu no processo de seleção dos discursos de Iseu nas bibliotecas helenísticas. Iseu era da Eubéia e foi para Atenas estudar retórica com Isócrates. Como meteco estabelecido na cidade, dedicou-se a atividade de logógrafo e montou uma escola de retórica. Do conjunto da obra conhecida de Iseu percebe-se que ele se dedicou a uma grande variedade de processos judiciais, apesar de todos que chegaram até nós tratarem da questão da herança. Dos onze discursos completos que possuímos a respeito do direito sucessório, todos envolvem o processo de adoção, exceto *A herança de Quíron*. Pela quantidade de processos versando sobre o mesmo tema e o exercício de sua atividade de logógrafo, Iseu pode ser considerado o primeiro especialista em direito privado.¹⁰

A segunda parte é consagrada aos tópicos jurídicos explorados no discurso *A herança de Filoctémon*, sendo aprofundado aspectos relacionados à adoção; aos arranjos familiares; à questão da bigamia; ao dever de cuidar dos pais na velhice, à possibilidade de anulação dos atos por causa da senilidade; à tutela e o gerenciamento de bens dos órfãos; ao estatuto de epiclera.

O próximo tópico da Introdução aborda os procedimentos jurídicos utilizados pelos querelantes em torno da disputa da herança de Filoctémon. São expostas as razões para a reivindicação da herança, os testemunhos utilizados e o processo de falso testemunho. Esse fato nas mãos do orador

⁹ Cf. Iseu, *Sobre a herança de Cleónimo*, 10; *Sobre a herança de Ménecles*, 10, 45-46; *Sobre a herança de Apolodoro*, 30; *Sobre a herança de Astífilo* 4 e 7. Na página 72, Segurado e Campos faz um paralelo entre o discurso *A herança de Filoctémón* e *A herança de Astífilo*.

¹⁰ Segurado e Campos (2013) 13.

se transforma em mais um elemento na caracterização do adversário como um sujeito vil e um cidadão desonesto, que não respeita a tradição, sendo capaz de até mesmo deixar um morto sem os rituais apropriados para surripiar sua riqueza. Essas duas partes são essenciais para demonstrar a importância do discurso para o entendimento do direito ático e quais aspectos da vida cotidiana ateniense podem ser estudados por meio do discurso dos oradores e, em particular, de Iseu.

O quarto tópico é dedicado à apresentação dos argumentos e os principais tópicos retóricos utilizados no discurso, bem como às provas (os testemunhos, leis e outros documentos). A Introdução termina com a análise da visão de Dionísio de Halicarnasso sobre Iseu e toda a tradição que o coloca entre Demóstenes e Lísias.

Na Introdução, Segurado e Campos apresenta vários parágrafos traduzidos de outros discursos de Iseu, o que permite deslumbrar um panorama geral do orador. Além disso, é feito paralelos com o direito atual, permitindo ao leitor moderno mais uma ferramenta para entender as práticas jurídicas da Atenas Clássica. Um exemplo é na explicação da interdição por senilidade. No direito ático, um dos critérios para tornar a adoção ilegítima é se o juízo estivesse comprometido pela idade avançada, por drogas, sob a influência de alguma mulher ou se estivesse sob algum tipo de constrangimento ou sequestro. Com isso, esperava-se assegurar que a adoção fosse realizada de forma livre e espontânea. O autor cita o código civil português e o código civil alemão, além de práticas da Roma antiga. Em comum todos possuem o fato de que, se a pessoa não tiver condições de gerir seus bens, essa tarefa deve ser atribuída a outrem.

Para complementar a análise, Segura e Campo remete a outras obras referências literárias gregas, como por exemplo, a *Odisseia* para explicar as práticas jurídicas e sociais de Atenas no que se refere ao matrimônio, à bigamia e ao concubinato (p. 28-31).

Já na tradução, privilegiou-se a leitura corrente do texto, sendo que os termos em gregos considerados importantes são colocados notas de rodapé. Com isso, os estudiosos do grego antigo podem acompanhar as escolhas de tradução realizadas ao longo do texto sem perder a fluidez da leitura.

Assim, a tradução de Segurado e Campo além de evidenciar o direito ático também constitui um material interessante para todos aqueles que desejam conhecer aspectos privados da sociedade ateniense e suas dinâmicas e as tentativas de solução diante do conflito, buscando os recursos que a democracia tinha a oferecer. Nesse caso específico, eram tribunais e para ganhar a causa era importante apresentar o adversário como avesso à tradição respeitada pela cidade.